

Introdução

Para falarmos do termo “violência”, a elucidação e compreensão do termo “paz” se faz necessária. Partindo do pressuposto, sob a ótica e arcabouços teóricos galtungianos, em que a paz é definida como a negação ou redução da violência (GALTUNG, 1969), é possível conceber que tal afirmação é de caráter negativo, já que delega o termo “ausência” ou “falta de algo”, e, por conseguinte, caracteriza o termo “paz” como ausência da violência. Logo, por meio dedutivo: os termos 'paz' e 'violência' estão ligados um ao outro de tal forma que “paz” pode ser considerada como ausência de violência. Em questões de paridade: assim como a saúde está para a doença, a paz está para a violência.

Pioneiro da disciplina Estudos de Paz e Resolução de Conflitos, e fundador do Instituto de Paz de Oslo, tendo mais tarde seus métodos e teorias representadas sob o léxico usual das operações de paz da ONU, Johan Galtung (2010) entende que violência e guerra, conflito e paz, todos juntos, têm uma coisa em comum: são relacionais. A violência ocorre entre o perpetrador e a vítima; a guerra, entre os beligerantes; o conflito, entre objetivos dos atores e por implicação entre os atores; a paz, entre os atores, como estrutura de paz e como cultura de paz. Os atores podem ser indivíduos ou coletividades. De qualquer forma, a medida básica da paz é o que acontece aos seres humanos, ou seja, até que ponto suas necessidades básicas e direitos básicos são atendidos.

Através do triângulo DPT (diagnóstico-prognóstico-terapia) desenvolvido por Galtung (1996) para identificar conflitos violentos a fim de transformá-los por meios não violentos e criativos mediante a superação da contradição que está no alicerce do conflito, com o intuito da criação de uma estrutura de paz capaz de transcender a dissidência por intermédio de métodos associativos (mediação, negociação e integração) ao invés de mecanismos dissociativos. Com objetivos de debelar a incompatibilidade entre determinados atores, é possível notar que a analogia “Assim como a saúde está para a doença, a paz está para a violência” se faz plausível. Os estudos da paz são tão semelhantes aos estudos da saúde que o triângulo diagnóstico-prognóstico-terapia galtungiano pode ser aplicado (PUREZA, 2000). Ao tentar compreender

o termo “paz”, Galtung (1969) o concebe como “uma vasta região de ordem social aonde a violência é ausente” (p. 168). “A afirmação é simples, e de acordo com o uso comum, o conceito de paz vai definir uma ordem social pacífica não como um ponto, mas como uma região” (LOPES, 2013, p. 171 *apud* GALTUNG, 1969, p. 29). Dentro desta região, ainda é possível uma grande variação, tornando uma orientação a favor da paz compatível com uma série de ideologias que delinham outros aspectos das ordens sociais. Sob a perspectiva do termo violência, o autor a define como a causa da diferença entre o potencial e o real (ou efetivo), isto é, entre o que poderia ter sido e o que é (GALTUNG, 1969). “A violência é aquela que aumenta a distância entre o potencial e o real e que impede a diminuição dessa distância” (GALTUNG, 1969, p. 168). A violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de sua realização potencial (Ibid., 1969, p. 168). Seguindo esta lógica, se a ação de paz deve ser altamente considerada por ser uma ação contra a violência, então o conceito de violência deve ser amplo o suficiente para incluir as variedades mais significativas, mas específico o suficiente para servir de base para uma ação concreta.

É a partir deste arcabouço teórico acerca da violência concebida por Galtung em que o artigo irá se debruçar, tal qual irei desenvolver uma análise sobre possíveis ciclos de conflito em que a violência pode se manifestar – seja ela de modo latente ou de modo dinâmico – dentro da estrutura da sociedade. Tomando como objeto de análise de caso, a fim de tornar claro o objetivo deste trabalho e, conseqüentemente, visíveis as manifestações dos termos “violência” e/ou “ausência de paz” ao leitor, a exposição argumentativa teórica deste texto examinará o presente conflito civil na República do Iêmen, este iniciado em 2015, tal que, como objetivo geral deste artigo, demonstrarei como aspectos da violência cultural, estrutural e direta, e respectivas idiosincrasias, são capazes de impactar negativamente (em alta escala) uma comunidade. Ademais, explorarei as contradições presentes na base do conflito iemenita sob ótica e articulação dos conceitos de paz positiva e paz negativa de Johan Galtung.

Diretrizes metodológicas e revisão teórica

O conceito de ações de caráter “real e potencial”, uma vez que abordamos o termo violência como objeto de estudo, é relevante para compreender como a dinâmica dos ciclos de conflitos se caracteriza, bem como pormenorizar como sua estrutura se mantém. Um exemplo simples se dá no campo estrutural da ação violenta. A título de exemplo, Galtung (1969) demonstra uma visão acerca de tal evento:

Se uma pessoa morreu de tuberculose no século XVIII, seria difícil conceber isso como violência, uma vez que poderia ter sido totalmente inevitável, mas se ela morrer hoje, apesar de todos os recursos médicos do mundo, então a violência está presente de acordo com nossa definição (Ibid., p. 169).

Em outros termos, quando o potencial é maior do que o real, é por definição evitável, e quando é evitável, então a violência está presente (GALTUNG, 1969). Da mesma forma, o caso de pessoas que morrem de terremotos hoje não justificaria uma análise em termos de violência, mas numa hipótese de futuro, quando os terremotos supostamente puderem se tornar evitáveis, essas mortes poderão ser vistas como o resultado de violência. Porém, quando o real (efetivo) é inevitável, a violência não está presente, mesmo que o real esteja em um nível muito baixo (GALTUNG, 1969, p 168). “A expectativa de vida de apenas trinta anos, no período neolítico, não era expressão de violência, mas a mesma expectativa de vida hoje (seja por guerras, seja por injustiça social, ou ambos) seria vista como violência” (GALTUNG, 1969, p. 169), ou seja, o nível potencial de realização é aquele que é possível com um nível dado de conhecimentos e recursos (Ibid., 1969). Se o conhecimento e/ou os recursos estão monopolizados por um grupo ou uma classe, ou se são utilizados para outros propósitos, então o nível efetivo (real) cai por debaixo do nível potencial, e existe violência no sistema (LOPES, 2013 *apud* GALTUNG, 1969). “Se a paz é a negação da violência, e se ela é um ideal, então seria demasiadamente pouco rechaçar apenas a violência direta e física. É preciso, também, rechaçar outras formas de violência” (GALTUNG, 1984).

Além desses tipos de violência indireta, há também a violência direta, onde os meios de realização não são retidos, mas diretamente

destruídos (GALTUNG, 1969, p. 169). Assim, quando uma guerra é travada, há violência direta, visto que matar ou ferir uma pessoa certamente coloca sua “realização somática real abaixo de sua realização somática potencial” (GALTUNG, 1969, p. 170). Mas também há violência indireta, na medida em que percepções e recursos são canalizados de esforços construtivos para trazer o real para mais perto do potencial. Essa violência indireta é a que Galtung denomina futuramente de estrutural. Sob a prisma galtungiana, a concepção de violência em termos de uma relação de influência interpessoal completa leva ao erro ao focar apenas em um tipo muito especial de violência; também versões truncadas em que sujeito ou objeto ou ambos estão ausentes são altamente significativas. A relação de influência completa pressupõe um ator influenciador, um ator influenciável e um modo de influenciar. No caso das pessoas, podemos colocá-lo de maneira muito simples: um sujeito, um objeto e uma ação (AMARAL, 2015).

A posição assumida aqui sob a ótica galtungiana é que violência indireta é igual à violência estrutural. A violência indireta vem da própria estrutura social – entre humanos, entre conjuntos de humanos (sociedades), entre conjuntos de sociedades (alianças, regiões) no mundo. E dentro dos seres humanos existe a violência interna indireta, não intencional, que vem da estrutura da personalidade (GALTUNG, 1996).

Como Lopes (2013) afirma,

Não podemos subestimar os efeitos (nocivos) das ameaças, da lavagem cerebral, das mentiras e dos diferentes tipos de doutrinação. O uso (e abuso) da palavra não fere somaticamente (ao menos de forma direta), mas pode servir para desinformar, manipular, controlar e estimular o ódio ou a indiferença (LOPES, 2013, p. 172).

Dentro desse arcabouço teórico, o triângulo da violência direta-estrutural-cultural (GALTUNG, 1996) — as três são interdependentes — é fundamental para o entendimento de como uma sociedade fundada sob uma forte estrutura fundamentalista enraizada com diferentes tipos de viés ideológicos, por exemplo, levam à desintegração social. Sem mencionar a violência simbólica (BOURDIEU, 1989), que revela como determinadas diferenças de poder são definidas socialmente. Por meio do capital simbólico é que instituições e indivíduos podem tentar

persuadir outros com suas ideias. A violência cultural conectada com a violência simbólica são as que legitimam as outras duas (direta e estrutural) de modo vertical, ou seja, através de propagação de ideias e/ou dogmas que pertencem às camadas dominantes (que, usualmente na sociedade capitalista, são as de maior capital econômico) para as camadas minoritárias, a fim de que a ordem social – o status quo – se mantenha.

Violência cultural é definida aqui como qualquer aspecto de uma cultura que pode ser usado para legitimar a violência em sua forma direta ou estrutural. A violência simbólica embutida em uma cultura não mata ou mutila como a violência direta ou a violência embutida na estrutura. No entanto, é usado para legitimar um ou ambos, como por exemplo na teoria de *Herrenvolk* ou uma raça superior (GALTUNG, 1990, p. 291).

Assim como a violência pessoal (direta), a violência estrutural pode ser tanto física quanto não física. No entanto, diferentemente da primeira, ela não possui uma clara relação sujeito-ação-objeto, embora esta relação exista (GALTUNG 1969). A violência estrutural, como o próprio nome indica, está impressa na estrutura.

Assim, quando um marido golpeia sua mulher temos diante de nós um caso claro de violência pessoal; porém se um milhão de maridos mantém um milhão de mulheres na ignorância estamos lidando com uma violência estrutural. Igualmente, em uma sociedade em que a esperança de vida das classes superiores é o dobro das inferiores, a violência está sendo exercida, ainda que não haja atores concretos aos que se possam assinalar como atuantes de outras pessoas, como sucede quando uma pessoa mata outra (GALTUNG, 1969; 1985, p. 39).

Lopes (2013) ratifica dizendo que

O conceito de violência estrutural pode ser interpretado, em termos discursivos, como uma forma de nominalização, que, no caso, esconderia a autoria de atos efetivos de injustiça social, representando-os como acontecimentos que ocorreriam na ausência de um sujeito. No entanto, afirmar que a relação sujeito-ação-objeto não é clara não significa, necessariamente, afirmar que ela não exista, como se a referida violência fosse um acontecimento de tipo permanente, natural e atemporal. Mas significa afirmar que a (enorme) diversidade de fatores que a influenciam não pode (e não deve) ser facilmente domesticada em um

esquema simplificador de causalidade direta, sob o risco de se perder de vista a complexidade do fenômeno. Parafraseando Bruno Latour (2005; 2008), o fato de atores (sejam eles humanos ou não) incidirem sobre ações estruturalmente violentas não significa que eles a determinem diretamente (LOPES, 2013, p. 173).

Afinal, “existem muitos matizes metafísicos entre a plena causalidade e a mera inexistência: além de ‘determinar’, ou de ‘servir como pano de fundo para a ação humana’, as coisas podem autorizar, permitir, sugerir, dar recursos, influenciar, proibir, bloquear” (LOPES, 2013 *apud* SPINK; CORDEIRO, 2009, p. 229).

Enquanto a violência pessoal (direta) é mais visível, a violência estrutural costuma ser mais silenciosa (GALTUNG, 1969). Às vezes, pode parecer tão natural quanto o ar que respiramos e, por esta razão, é mais difícil de ser percebida (LOPES, 2013). “É silenciosa, não se mostra - é essencialmente estática, são as águas tranquilas” (GALTUNG, 1969, p. 173). A violência direta representa mudança e dinamismo - não apenas ondas em ondas, mas ondas em águas tranquilas (Ibid., p. 173). Em suma, a violência direta ou pessoal é caracterizada pela capacidade de metamorfose. É a transmutação física ou moral. Já a violência indireta ou estrutural é essencialmente estática. “Na sua metáfora: a última é água tranquila enquanto a primeira são ondas em águas em que em outras circunstâncias seriam tranquilas” (LOPES, 2013 *apud* GALTUNG, 1996). “Por trás de tudo isso está a violência cultural: tudo isso simbólico, na religião e na ideologia, na linguagem e na arte, na ciência e no direito, na mídia e na educação” (GALTUNG, 1996, p. 2). Como já discutido, a função é bastante simples: legitimar a violência direta e estrutural.

O conceito de violência cultural refere-se aos aspectos da cultura, ao “âmbito simbólico da nossa existência (materializado na religião e ideologia, língua e arte, ciências empíricas e ciências formais - lógica, matemáticas -), que são utilizados para justificar e legitimar a violência, seja ela pessoal ou estrutural” (GALTUNG, 1990). Inversamente, a paz cultural refere-se aos “aspectos de uma cultura que servem para justificar e legitimar a paz direta e a paz estrutural” (GALTUNG, 1996, p. 261). Em última instância, estrelas, cruzeiros, cartazes, bandeiras, obras de arte, hinos e desfiles militares, o retrato onipresente do líder, discursos

inflamados e pôsteres podem servir tanto para legitimar a violência quanto a paz.

O racismo, o machismo, as superstições, os fundamentalismos religiosos, os nacionalismos, o militarismo, as ideologias, o colonialismo, a meritocracia, as etnias e outras construções simbólicas geralmente fundadas em relações binárias do tipo bom/mau, escolhido/não escolhido, superior/inferior, amigo/inimigo ou racional/emocional ilustram esse tipo de violência cultural, servindo como mecanismo de justificação ou legitimação de outras formas de violência direta e estrutural. Tratam-se, portanto, de aspectos da cultura que podem ser classificados tanto como formas de violência cultural quanto de paz cultural (OLIVEIRA, 2017, p. 159-160).

Após uma breve reflexão sobre como será feita a sustentação e, por vias técnicas e conceituais, a abordagem desta pesquisa, a seguir apresento como a mesma será dividida. A metodologia se configurará qualitativa de modo que as técnicas de análise adotadas foram o levantamento bibliográfico das áreas: Estudos de Paz e Resolução de Conflitos, Estudos Críticos de Segurança, Segurança Internacional e Integração Internacional. A pesquisa ainda conta com análise bibliográfica e documental acerca do conflito civil do Iêmen (2015 – vigente), fruto de pesquisa autoral em andamento. A investigação para esse artigo se delimitará apenas em demonstrar como o Triângulo da Violência de Galtung, além de respectivas articulações com os conceitos de paz positiva e paz negativa, influenciou na eclosão do conflito civil do Iêmen, deixando claro que o objetivo é a compreensão dos elementos galtungianos definidores do ciclo conflituoso em questão, não atentando e aprofundando nas causas intrínsecas antecessoras a este evento.

Em um primeiro momento, apresentaremos um debate sobre a teoria da violência estrutural e direta galtungiana, bem como os dois conceitos de paz para, após, empregá-los na discussão relativa à dissidência iemenita. Para tornar clara a visualização da pesquisa em questão, abordaremos o conflito em curso na República do Iêmen para compreendermos como são formados os ciclos de conflito alicerçados pelas violências cultural, estrutural e direta. Espera-se que a pesquisa ajude a ilustrar soluções para o conflito discutido.

O trabalho oferece uma contribuição relevante para professores, estudantes e pesquisadores brasileiros interessados em um panorama geral e introdutório sobre esta área de estudos. Também favorece leitores que, mesmo sem vinculação acadêmica, atuam nas esferas governamental e não-governamental, exercendo atividades relacionadas a ações humanitárias e intervenções em zonas de conflito e de violência endêmica. Infelizmente, ainda é notável a marginalidade da disciplina no meio acadêmico brasileiro e a escassez de bibliografia produzida no Brasil dedicada às bases conceituais e questões metodológicas específicas dessa área de estudos. Esse aspecto se apresenta surpreendente quando se considera o tradicional posicionamento externo do país em favor da resolução pacífica de conflitos, o seu crescente envolvimento nas operações de paz (como a recente no Haiti) e as formas crônicas de violência direta, estrutural e cultural que hoje impactam as relações sociais nas zonas rurais e em grande parte das cidades brasileiras, colocando sérios desafios à construção de um ambiente de paz abrangente e sustentável no país.

A distinção entre a paz positiva e paz negativa e conceitos de violência estrutural e direta

Para abordar a violência como objeto de estudo, tenhamos em mente que um conceito ampliado do que se dá por violência se faz indispensável. Começaremos com duas dimensões que caracterizam a própria ação violenta ou o modo de influência. A primeira distinção a ser feita é entre violência física e psicológica: sob a violência física, os seres humanos são feridos somaticamente a ponto de matar. Galtung (1969) aponta que é útil distinguir ainda mais entre “violência biológica”, que reduz a capacidade somática (abaixo do que é potencialmente possível), e “violência física como tal”, que aumenta a restrição sobre movimentos humanos – como quando uma pessoa é presa ou acorrentada, mas também quando o acesso ao transporte é desigualmente distribuído, mantendo grandes segmentos da população no mesmo local com o monopólio da mobilidade restrito a poucos cidadãos. Entretanto, essa distinção é menos importante do que a distinção básica entre a violência que atua no corpo e a violência que atua na alma, onde o último incluiria

mentiras, lavagem cerebral, doutrinação de vários tipos, ameaças, etc., que servem para diminuir as potencialidades mentais (GALTUNG, 1990).

A segunda distinção é entre a abordagem negativa e positiva da influência. Uma pessoa pode ser influenciada não apenas punindo-a quando ela faz o que o influenciador considera errado, mas também a recompensando quando ela faz o que o influenciador considera certo. A famosa doutrina do equilíbrio de poder - ou balança de poder - tendo como figura principal Morgenthau (1948) no período do chamado realismo neoclássico, e mais tarde Kenneth Waltz (2001) na vertente do neorealismo, apontou uma formulação de uma teoria sistêmica das relações internacionais que se basearia justamente nos esforços para obter exatamente esse efeito. Um belo exemplo acerca disso é o método "cenoura e castigo"², que seria uma metáfora para o uso de uma combinação de recompensa e punição para induzir um comportamento desejado. Na política, "cenoura e castigo" às vezes se refere ao conceito realista de *soft* e *hard power*, os quais Nye (2001; 2002; 2004) se apropria para definir e diferenciar a política internacional e sua relação de poder entre os atores internacionais dentro da perspectiva de um "Tabuleiro de Xadrez Tridimensional" em três camadas de três níveis de poderes (MARTINELLI, 2016). *O soft power* é um mecanismo que usa a atração e a persuasão para mudar mentes e influenciar o comportamento. Suas fontes incluem cultura, valores políticos e engajamento global positivo. Já *hard power* é o exercício de influência por meio da coerção, contando com táticas como força militar, pagamentos e sanções econômicas.

² *Carrot and stick* (tradução nossa).

Dissidência é muito mais do que aquilo que pode ser visto a olho nu como "problema", tal qual violência direta (física). Há também a violência congelada em estruturas e a cultura que legitima a violência. Para transformar um conflito em algumas partes, é necessária mais do que uma nova arquitetura para seu relacionamento. As partes precisam ser transformadas para que o conflito não seja reproduzido para sempre. Existem aspectos intrapartidários na maioria dos conflitos interpartidários (GALTUNG, 1996). Para sintetizar este ciclo conflituoso inerente às relações sociais (HOBBS, 1651), tal qual Foucault (1979) viria ratificar ao dizer que toda relação social é uma relação de poder, Galtung (1969, p. 168-170) concebe a introdução ao debate acerca da

violência estrutural e a articulação dos conceitos de paz positiva e paz negativa.

Estabelecida como uma forma indireta de violência, cujas raízes estão na distribuição desigual de poder e de recursos nas sociedades ou entre as sociedades, a violência estrutural chama a atenção para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada que resulta das desigualdades sociais, das injustiças, da pobreza, da exploração e da opressão. Desse modo, se o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta (física), o conceito de paz positiva passa a ser definido como a ausência de violência estrutural e a ser articulado por Galtung através da noção de justiça social (OLIVEIRA, 2017, p. 156-157).

Nas relações internacionais é comum se referir à paz como ausência da guerra. Porém, na teoria galtungiana, a paz vai indicar a ausência ou redução de violência em todos os níveis (GALTUNG 1969, p. 167). E para compreender a origem do conflito, se faz necessário entender substancialmente os termos paz e violência. Se a paz, como os conceitos galtungianos afirmam ser a ausência ou redução da violência, “é uma vasta região de ordem social aonde a violência é ausente” (GALTUNG, 1969, p. 168), há por outro lado a procura pela concepção da violência, como um sendo a negatização do outro. Para tal conclusão, antes de mais nada, o autor deixa claro que não é tão importante chegar a algo como a definição ou a tipologia – pois obviamente existem muitos tipos de violência. Mais importante é indicar dimensões teoricamente significativas da violência que podem levar o pensamento, a pesquisa e, potencialmente, a ação, aos problemas mais importantes (Ibid, p. 168). Partindo desta lógica, a violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de sua realização potencial (GALTUNG, 1969). Recorrendo à revolução behaviorista – isto é, o movimento que projetava sobre as ciências sociais um aparato de validação científica inspirado nas ciências da natureza –, o mesmo conjunto de ferramentas metodológicas que os realistas e estrategistas começavam a abraçar para se legitimar como produtores de conhecimento científico³, a teoria galtungiana tenta interpretar essas abordagens reflexivas e críticas que foram incorporadas à disciplina “Estudos de paz” com os conceitos de violência estrutural e cultural e com as influências construtivistas, críticas, pós-estruturalistas, feministas

³JCR. An Editorial. Journal of Conflict Resolution, v. 1, n. 1, 1957, p. 1-2.

e pós-colonialistas introduzidas na disciplina a partir das décadas de 1980 e 1990 (OLIVEIRA, 2017).

A violência é aqui definida por Galtung (1969) como a causa da diferença entre o potencial e o real (ou efetivo), entre o que poderia ter sido e o que é. Ela é aquela que aumenta a distância entre o potencial e o real (efetivo), e que impede a diminuição dessa distância (Ibid., 1969, p. 169). Crenshaw (1998) ao estudar a lógica estrutural do terrorismo pelo viés da psicologia afirma que tais comportamentos oriundos dos respectivos atores extremistas recorrem à violência para legitimar uma escolha voluntária e premeditada feita por uma organização com propósito e motivações políticas e estratégicas em detrimento de comportamentos psicológicos ou fatores sociais.

Com a distinção entre violência pessoal e estrutural como básica, a violência torna-se bilateral, assim como a paz concebida como ausência de violência. Um conceito ampliado de violência leva a um conceito ampliado de paz. Assim como uma moeda tem dois lados, um só lado sendo apenas um aspecto da moeda, não a moeda completa, a paz também tem dois lados: ausência de violência pessoal (direta) e ausência de violência estrutural (GALTUNG, 1969). Devemos nos referir a eles como paz negativa e paz positiva, respectivamente (GALTUNG, 1969). Por brevidade, as formulações “ausência de violência” e “justiça social” podem ser preferidas, usando uma formulação negativa e outra positiva. A razão para o uso dos termos “negativo” e “positivo” é facilmente percebida: a ausência de violência pessoal (direta) não leva a uma condição definida positivamente, enquanto a ausência de violência estrutural é o que será chamado de justiça social, que é uma condição definida positivamente (por exemplo, distribuição igualitária de poder e recursos) (Ibid., 1969).

Com essa nova categoria conceitual, Galtung completa o que ele batiza de “triângulo da violência” (GALTUNG, 1996), onde num dos vértices está a violência direta e nos outros dois estão as formas indiretas de violência: a estrutural e a cultural. Projetando esse triângulo sobre o conceito da paz, Galtung chega a uma equação complexa, onde a paz negativa se define pela eliminação da violência direta e a paz positiva

pela eliminação das duas formas de violência indireta: a estrutural e a cultural (OLIVEIRA, 2017).

O triângulo da violência Galtungiano (direta-estrutural-cultural) e seus impactos na república do Iêmen

Desde a eclosão do movimento insurgente Houthi⁴ em 2004 e após a ascensão da Primavera Árabe, o Iêmen vem enfrentando uma forte instabilidade política no país, acarretando a pior crise humanitária do mundo, segundo a ONU⁵. Atualmente o país vive uma escalada dos conflitos internos e tensões suscitadas por uma *proxy war*, liderada por duas coalizões a fim de estabelecer poder estratégico e de influência na península arábica. A primeira tem como figura principal a Arábia Saudita e outros cinco países árabes integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)⁶, tendo apoio dos Estados Unidos da América, França e Reino Unido, além do próprio governo iemenita, com o objetivo de restabelecer o governo Hadi, presidente do Iêmen democraticamente eleito em 2012 que viria a ser deposto mais tarde, como resultado das revoltas populares em 2011. O grupo antagônico é composto pelo Irã, com apoio ao movimento político-religioso xiita zaidita Ansar Allah, os Houthis.

O conflito civil no Iêmen tem raízes na Primavera Árabe (2011), quando uma revolta popular forçou o presidente naquela época, Ali Abdullah Saleh, a deixar o poder nas mãos do vice, Abd-Rabbuh Mansour Hadi, que viria a ser deposto pouco tempo depois devido ao avanço territorial dos Houthis. Saleh era aliado do movimento Houthi, porém, foi considerado traidor pelo grupo separatista por se dizer disposto a dialogar com a Arábia Saudita, majoritariamente sunita e que apoia o governo iemenita. Estrategicamente, o Iêmen é importante por sua localização no estreito de Bab Al-Mandab, que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden, pelo qual passa grande parte dos navios petroleiros do mundo.

O conflito em curso na República do Iêmen reflete o fracasso do governo iemenita em atender às necessidades comuns de seus cidadãos, além da revolta dos Houthis, politicamente marginalizados, e o Estado corrupto, que leva o país à guerra civil. Há evidências de como a

⁴Houthi (antigo "Shabab al Moumineen") é a denominação mais comum do movimento político-religioso Ansar Allah, majoritariamente xiita zaidita do noroeste do Iêmen. É um grupo separatista que faz insurgência contra o governo iemenita desde 2004. Os Houthis são um movimento insurgente que reivindicam um mandato divino e acreditam que o Iêmen deve mais uma vez ser guiado por um líder xiita.

⁵United Nations Human Rights Office of the High Commissioner's Report on Yemen (Outubro 2020). Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/07/1069161>

⁶Também denominado como Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, é uma organização de integração econômica que reúne seis estados do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait. Cabe destacar que nem todos os países que rodeiam o Golfo Pérsico são membros do conselho, especificamente Irã e Iraque.

violência estrutural através de seu mecanismo de desigualdade e/ou injustiça social, acabou contribuindo para a violência direta, estas duas sendo legitimadas pela violência cultural (GALTUNG 1990; 1996), ou seja, aspectos da cultura iemenita como a religião e ideologia muito têm cooperado para a continuação do conflito. Como identifica Dresch (2000), a sociedade iemenita é muito multidimensional e há também uma dimensão sectária que desempenhou um papel importante no conflito. Karikir (2018, p. 124) analisa mais profundamente afirmando que

Embora as diferenças religiosas tenham um papel na expansão do conflito, as causas subjacentes da crise no lêmên são mais profundas do que as de uma tensão sectária sunita-xiita. O envolvimento de atores externos na crise do lêmên, como Arábia Saudita e Irã, apenas complicou ainda mais uma crise já multifacetada. Caso contrário, o conflito não surgiu simplesmente do sectarismo religioso (KARIKIR, 2018, p. 124).

Na tentativa de explicar os esforços do governo iemenita frente às reivindicações do movimento insurgente Ansar Allah (Houthi), Salmoni, Loidolt e Wells (2010, p. 32-33) classificam o imbróglio no lêmên em 4 dimensões tentando analiticamente explicar o embate que se sucede:

Em mais de cinco anos de operações de combate, o Governo iemenita falhou em seus esforços para na tentativa de erradicar a oposição Houthi. Isso ocorre porque a família Houthi emerge de um tecido sociocultural muito mais rico e em evolução do que o governo parece ter apreciado. É esse tecido complexo que fornece as múltiplas dimensões nas quais o conflito do regime Houthi pode ser totalmente compreendido. A primeira dimensão é a do contexto - o contexto dual das técnicas de governança do regime e das condições locais em uma periferia geográfica, socioeconômica, política e ideológica. A segunda dimensão envolve as raízes da discórdia, visíveis já nos anos 1970, mas totalmente emergentes no final dos anos 1990. A conjuntura pós-11 de setembro de 2001 fornece a terceira dimensão. Nesta fase, os cálculos do regime e as ações Houthi resultaram em provocação mútua, fornecendo as causas imediatas do conflito armado ao norte de Sanaa⁷. Na tentativa de subjugar os Houthis, no entanto, o governo iemenita empreendeu medidas que têm um efeito muito além das fortalezas Houthis, prolongando assim uma resistência crescente que compartilha muitas características com a insurgência e com o tempo pode evoluir para uma guerra. Uma campanha do governo do lêmên, provocadora

⁷Capital do lêmên.

de insurgência, portanto, é a quarta dimensão que ilumina a natureza duradoura da questão Houthi no Iêmen (SALMONI; LOIDOLT; WELLS, 2010, p. 32-33).

Analisando minuciosamente as quatro dimensões descritas por Salmoni, Loidolt e Wells (2010, p. 32-33) sob uma ótica galtungiana, podemos inferir que o que sustenta de fato o confronto que circunscreve os dias presentes do Iêmen é o que Galtung (1996, p. 70) define como formações de conflito. Não só o conflito como criador, mas também como destruidor de possíveis reduções ou supressão de níveis de violência. Mais do que o conflito que está enraizado na base de toda a estrutura dissociativa, os ciclos de vida do conflito são imprescindíveis para compreensão de toda contradição em que eles se fazem presente. “Bem no fundo de cada conflito existe uma contradição, algo que se interpõe no caminho de outra coisa” (GALTUNG, 1996, p. 70). Ilustrando o conflito civil iemenita entre o governo e o movimento separatista Houthi, duas direções são postas em oposição e se dão em diferentes objetivos entre os dois atores: o estatal e não-estatal. A primeira Galtung (1996, p. 70) define como “disputa”, ou seja, duas pessoas ou atores perseguindo o mesmo objetivo escasso; e a segunda ele chama de *dilema* ou “uma pessoa, ou ator, buscando dois objetivos incompatíveis” (Ibid., p.70). Tal entendimento de ambos os conceitos se faz importante uma vez que o objetivo do Triângulo da Violência é apontar a incongruência, a fim de que autores possam superar a incompatibilidade e através deste primeiro momento, haver uma possível transformação do conflito por meios não-violentos mediante a harmonia, integração e cooperação. Ou pelo que o autor se refere como equidade, entropia e simbiose (GALTUNG, 1976, p. 299-300), que são simplesmente a negação das condições anti-humanas de exploração, elitismo e isolamento. Através da aplicabilidade destes termos e devida análise da contradição por intermédio do que ele chama de “triângulo DPT” (diagnóstico-prognóstico-terapia) (GALTUNG, 1996), é possível determinar a discordância em que o conflito se encontra. Fazendo diversas menções à medicina como analogia e metáforas, Galtung (1969, p. 168) tenta distinguir e ao mesmo tempo comparar os estudos da paz com os estudos da saúde: “os termos 'paz' e 'violência' estão ligados um ao outro de tal forma que 'paz' pode ser considerada como 'ausência de violência”.

E vai adiante na sua afirmação:

Os estudos da paz são tão semelhantes aos estudos da saúde que o triângulo diagnóstico-prognóstico-terapia pode ser aplicado. Existe a ideia comum de um sistema (de atores, de células), de estados de bem e de mal. Os pares de palavras 'saúde/doença' dos estudos sobre saúde e 'paz/violência' dos estudos sobre a paz podem ser vistos como especificações desses rótulos mais gerais (GALTUNG, 1996, p. 1).

Esmiuçando sua análise, o autor aprofunda ainda mais:

Ambos os estados realmente precisam de diagnóstico (ou análise) - não apenas de violência e doença. Também a paz e a saúde têm suas condições e seus contextos; diferentes das condições de violência e doença, mas também podem estar relacionadas a elas. Assim, uma condição para a paz é provavelmente uma relação equitativa; mas também pode haver violência em um sistema não explorador se algo der errado dentro de um único ator. Da mesma forma, uma condição de saúde é um equilíbrio estável de parâmetros-chave do corpo humano. No entanto, uma célula ou uma colônia de células pode dar errado, por exemplo, começando a crescer fora de proporção (Ibid., 1996, p.1).

No pensamento político, os conflitos são reconhecidos, mas existem para serem eliminados e os métodos são numerosos. O estado de ausência de conflito, pressuposto pelas religiões, pelas utopias, pelos filósofos políticos e pelos cientistas sociais, nunca será alcançado, porque vai contra as necessidades humanas e sociais. O conflito é como a frustração, que pode ser visto como um caso extremo de incompatibilidade (GALTUNG, 1970). A partir disso conceber o conflito como parte intrínseca ao ser humano não é algo novo. O conflito satisfaz tantas necessidades que um sistema social pobre em alguns conflitos terá de introduzir outros para se manter vivo. E o mesmo parece valer para conflitos internos dentro de qualquer ser humano. Um estado de ausência de conflito é essencialmente um estado de morte: apenas a

morte traz uma consonância completa entre necessidade e satisfação (Ibid., 1970, p. 14). Parece que alguma frustração é necessária para que os indivíduos amadureçam. Hobbes (1651) diz que o homem, devido a sua postura competitiva, controladora (e até mesmo utilitarista) tende a entrar em atrito com os outros indivíduos, o que gera uma constante guerra entre a humanidade. Na guerra de todos contra todos é onde se inicia o debate principal que fundamenta a obra hobbesiana. Desde “Bellum omnium contra omnes”⁸ a “Lupus est homo homini lupus”⁹, o conflito se faz presente com o “estado de natureza humana” se colocando em prática (intra) e internacionalmente dentro do escopo da política em nível global.

Uma maneira é acabar com o antagonista. Vários métodos se apresentam. O método mais vulgar é eliminá-lo fisicamente – talvez definindo como inferior, sub-humano ou inimigo de classe, para que possa ser segregado, isolado ou mesmo exterminado (GALTUNG, 1970, p. 13). O governo iemenita ao invés do diálogo e negociação em vias de paz, optou pela não integração e tentativa de erradicar o seu próprio povo, os Houthis, temendo uma insurreição sem escalas devido aos respectivos ideais religiosos e ideológicos do grupo, o que de fato ocorreu, como aponta Salmoni, Loidolt e Wells (2010, p. 36). Existiu também a maneira mais refinada e democrática de isolamento – permitindo que os Houthis se organizassem como um partido¹⁰, mas ao mesmo tempo relegando a uma posição minoritária constante, de modo que é eliminado culturalmente por ser vencido na votação. A marginalização política frente aos Houthis também levou o movimento a não mais querer dialogar e ocasionou toda a revolta. Sentindo-se traído, o movimento optou pela violência direta, fruto de toda violência estrutural e cultural da região. Os Houthis são uma seção marginalizada na política iemenita, não obtendo a ajuda adequada do governo e também sentindo o medo da “sunnização” em seu coração xiita zaidita, por isso declararam a revolução no Iêmen sob o apoio do Irã (AHMED, 2019). A insurgência é uma das principais causas da guerra civil no Iêmen. O grupo xiita foi marginalizado na política e sociedade iemenitas desde que perdeu o sistema de governo Imamate em 1970¹¹ (Ibid., p. 85). A atual guerra civil no Iêmen é “(...) a continuação de um conflito de

⁸A guerra de todos contra todos”. Tradução livre. Hobbes, 1651.

⁹“O homem é o lobo do próprio homem”. Expressão criada por Plauto (254-184 a.C.) em sua obra *Asinaria*, mais tarde sendo popularizada por Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, na sua obra “Do Cidadão”.

¹⁰Hussein Badreddin al-Houthi foi o líder político e figura fundamental para a aparição dos Houthis no meio político do Iêmen. Foi ex-membro do parlamento iemenita pelo partido islâmico Al-Haqq entre 1993 e 1997. Al-Houthi era um aspirante político ascendente no Iêmen e possuía um amplo respaldo religioso e tribal nas regiões montanhosas do norte do Iêmen. Foi também figura fundamental para a insurgência dos Houthis contra o governo iemenita, a qual iniciou em 2004. O movimento tomou seu nome depois de sua morte em setembro de 2004 por forças do exército iemenita.

¹¹Os Imames do Iêmen e, mais tarde, os Reis do Iêmen, eram líderes religiosamente consagrados pertencentes ao ramo Zaidiyyah do Islã xiita. Eles estabeleceram uma mistura de governo religioso e secular em partes do Iêmen a partir de 897. Seu imamado resistiu sob várias circunstâncias até a revolução republicana em 1962.

longa data entre o governo iemenita e os grupos marginalizados politicamente" (ORKABY, 2017, p. 93-94).

Tais exemplos acima são reflexos do que vem ocorrendo no Iêmen. Em março de 2015, a coalizão liderada pela Arábia Saudita impôs um bloqueio naval e aéreo ao Iêmen, e os navios que buscavam entrar nos portos do Iêmen exigiram inspeção da coalizão, levando a atrasos no descarregamento de mercadorias e aumento de seguros e custos de remessa relacionados. Como o Iêmen depende de importações estrangeiras para até 90% de seu suprimento de alimentos, as interrupções na importação de alimentos exacerbam as condições humanitárias já tensas resultantes da guerra (SHARP, 2019). Em novembro de 2017, um míssil Houthi, suspeito de origens iranianas, atingiu a Arábia Saudita, levando ao bloqueio de todos os portos do Iêmen pela coalizão liderada pelos sauditas (SHARP, 2018, p. 3). Tais restrições foram criticadas por várias organizações internacionais, pois pioraram a grave situação humanitária no país. Os ataques liderados pela Arábia Saudita no Iêmen causaram muitas vítimas civis e severa destruição da infraestrutura do Iêmen. A *Human Rights Watch* (2018, p. 1) informou que "a coalizão conduziu dezenas de ataques aéreos indiscriminados e desproporcionais, atingindo objetos civis que mataram milhares de civis em violação às leis da guerra, com munições que os EUA, Reino Unido e outros ainda fornecem". O relatório também apontou que ambos os lados impediram ilegalmente a entrega de ajuda humanitária desesperadamente necessária (*Human Rights Watch*, 2018, p. 2)¹².

O ponto importante é que se as pessoas estão morrendo de fome no Iêmen quando isso é objetivamente evitável, então a violência é cometida, independentemente de haver uma relação sujeito-ação-objeto clara, como durante um cerco ou nenhuma relação clara, como no caminho em que as relações econômicas mundiais são organizadas hoje.

¹²Human Rights Watch, (2018). Yemen: Events of 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/yemen>, 1-8.

Considerações Finais

Quais são os impactos da erosão entre o governo da República do Iêmen e o movimento político-religioso Houthis a curto e longo prazo, e suas consequências políticas não só via intranacional, mas também na península arábica, bem como na comunidade internacional? A partir deste problema de pesquisa pudemos, através dos conceitos sobre violência sob perspectiva galtungiana, demonstrar que a profunda crise política, econômica e social da sociedade iemenita, além das atuais tensões entre o governo da República do Iêmen e o movimento Houthis se caracterizam sobretudo por frutos de violência estrutural e fissões políticas.

O impacto socioeconômico indireto afetado por conflitos armados, incluindo fome, segregação alimentar, doenças, falta de educação, etc., são ocasionados pela considerável desintegração social, legitimando os ciclos de conflito. Através de seu mecanismo de marginalização das partes, a violência estrutural que está presente na base do conflito, contribui para uma política de enfrentamento (violência direta), fazendo com que seja justificada a violência cultural (que se manifesta legitimando as duas primeiras), e demonstra como esse ciclo é capaz de se subsistir sem ações de transformações do conflito capazes de superar essa estrutura dominante de poder.

Como discorrido ao longo do artigo, a violência pode começar em qualquer canto do triângulo direto da violência estrutural-cultural e é facilmente transmitida para os outros cantos. "Com a estrutura violenta institucionalizada e a cultura violenta internalizada" (GALTUNG, 1990, p. 302), a violência direta também tende a se tornar institucionalizada, repetitiva, ritualística, como uma vingança. Essa síndrome triangular de violência deve então ser contrastada na mente com uma síndrome triangular de paz em que a paz cultural engendra paz estrutural, com relações simbióticas e equitativas entre diversos parceiros, e paz direta com atos de cooperação, integração, mediação e justiça social. Pode ser um triângulo virtuoso ao invés de vicioso, também auto reforçado.

Esse triângulo virtuoso seria obtido trabalhando-se nos três cantos ao mesmo tempo, não presumindo que a mudança básica em

um levaria automaticamente a mudanças nos outros dois, é claro. Na condição de analistas críticos, observamos que somente através da transformação do conflito por meios não-violentos e criativos, estabelecendo como objetivo não só mitigar o conflito, mas estabelecer um novo arcabouço capaz de produzir harmonia, cooperação, integração e equidade, que a comunidade iemenita poderá superar a incongruência presente nos eixos da dissidência, visto que é onde o argumento contraditório se fundamenta. Johan Galtung (1970) afirma que o conflito é iniciado por meio de atitudes, comportamento físico e objetivos contraditórios dos inimigos.

Referências Bibliográficas

AHMED, Niaz. Yemeni Civil War: Causes, Consequences and prospects. *Journal Dinamika Pemerintahan*. Vol.2, No. 2 (Agustus 2019). Hal. 82-9. 2019.

AMARAL, Rodrigo Augusto D. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. *Cadernos de Campo* (Unifesp). Ed. 19, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CRENSHAW, Martha. *The Logic of Terrorism: Terrorism Behaviour as a Product of Strategic Choice* (Origins of Terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind), Part 1, Chapter 1. By Reich, Walter, Walter Laqueur. Publisher: Woodrow Wilson Center Press, distributed by the Johns Hopkins University Press. Baltimore, MD, Washington, DC. 0943875897, pp. 7-24, 1998.

DRESCH, Paul. *A History of Modern Yemen*. Cambridge University Press. 285 p. 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALTUNG, Johan. *Violence, Peace and Peace Research*. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

GALTUNG, Johan. Conflict as a way of life. *Survival: Global Politics and Strategy*, 12:1, 13-16, DOI: 10.1080/00396337008441052. (1970). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396337008441052>

GALTUNG, Johan. "A Structural Theory of Imperialism", *Journal of Peace Research*. Vol. 8, No. 2. 1971.

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. In GALTUNG, Johan (Ed.) *Essays in peace research*, vol. 2. Copenhagen: Ejlers, Chapter II, p. 282-304, 1976.

GALTUNG, Johan. TWENTY FIVE YEARS OF PEACE RESEARCH: Ten challenges and some responses. Berghof Stiftung Winklerstr. 4A. 1000. Berlin, 33. 1984.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3. (Aug., 1990), pp. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. London: SAGE, 1996.

GALTUNG, Johan. *Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity*. *Transcultural Psychiatry*, v. 47, n. 1, p. 20-32, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH, (2018). *Yemen: Events of 2017*. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/yemen>, 1-8. Acesso em: 19/08/2020. 2018.

HOBBS, Thomas. *Leviatã* (1651). Tradução: Eunice Ostrenky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KARAKIR, Irem Askar. Ongoing conflict in Yemen: A proxy war? *Turkish Journal of TESAM Academy*, p. 121-149. ISSN: 2148-2462. 2018.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires, Argentina: Manantial (2005/2008).

LOPES, Felipe. Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. *Athenea Digital*, 13(2), 169-177; 2013. Disponível em <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Tavares> Acesso em: 04/01/2021.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 1, jan./abr., p. 65-80. 2016.

MORGENTHAU, Hans J. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. A. A. Knopf. Universidade de Michigan, 1948.

NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert. Power and Interdependence. Estados Unidos, Longman, 2001.

NYE, Joseph S. Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NYE, Joseph S. Soft Power. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Gilberto C. Peace studies: origins, developments and current critical challenges. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, p. 148-172, 2017.

ORKABY, A. Yemen's humanitarian nightmare: The real roots of the conflict. Foreign Affairs, p. 93-101, 2017.

PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. Instituto da Defesa Nacional. Outono-Inverno. No. 95/96. 2ª série, 2000.

SALMONI, Barak; LOIDOLT, Bryce; WELLS, Madeleine. Regime and periphery in Northern Yemen: the Houthi phenomenon. RAND Corporation. NATIONAL DEFENSE RESEARCH INSTITUTE. ISBN 978-0-8330-4933-9. (2010).

SHARP, Jeremy. Yemen: Civil War and Regional Intervention. Congressional Research Service. 2018 and 2019, Updated 2020. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf> Acesso em: 20/01/2021

SPINK, Mary Jane; CORDEIRO, Mariana Prioli. Psicologia social: a diversidade como expressão da complexidade. In Mauricio Rodrigues de Souza & Flávia Cristina Silveira Lemos (Eds.), Unidade na diversidade (pp. 219-234). São Paulo: Escuta, 2009.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa (4a ed.). Petrópolis: Vozes, 1990.

WALTZ, Kenneth. Man, the State, and War: A Theoretical Analysis. Columbia University Press, 2001.